

Terrorismo nosso do dia a dia: medo e atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar

José Airton de Farias¹

Resumo: No final da década de 1970 e começo da seguinte, extremistas de direita realizaram diversos atentados Brasil afora na intenção de barrar a abertura política da ditadura civil-militar. Este artigo, para além do político, trata dos impactos daquela onda terrorista sobre aspectos do cotidiano da sociedade, sobretudo, no que toca ao medo e angústia provocados. Em geral, as pessoas consideravam como verossímeis quaisquer ameaças, o que repercutia em suas relações na escola, no trabalho, no lazer, etc., o que também tinha impactos no processo de flexibilização do regime.

Palavras-chave: Abertura da ditadura civil-militar; Terrorismo de extrema-direita; Cotidiano.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, e professor do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), Fortaleza - CE. Este artigo é fruto de pesquisa do estágio de pós-doutorado realizado em 2020-21 na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

Our day-to-day terrorism: fear and far-right attacks in the opening of the civil-military dictatorship

Abstract: At the end of the 1970s and beginning of the following, right-wing extremists carried out several attacks throughout Brazil with the intention of blocking the political opening of the civil-military dictatorship. This article, in addition to the political, deals with the impacts of that terrorist wave on aspects of everyday life in society, especially with regard to the fear and anguish it provoked. In general, people considered any threats to be credible, which had repercussions on their relationships at school, work, leisure, etc., which also had an impact on the process of easing the regime.

Keywords: Opening of the civil-military dictatorship; far-right terrorism; daily.

Introdução

Muitos dos que se dedicaram a escrever acerca da distensão/abertura^I da ditadura civil-militar brasileira^{II}, passaram, comumente, a ideia de que a descompressão do regime e a democratização vindoura foram quase que inevitáveis e frutos de ações sob controle absoluto dos militares, especialmente do presidente Ernesto Geisel (1974-79) e de seu Chefe da Casa Civil, ministro Golbery de Couto e Silva, os quais traçaram e delinearam os passos a serem percorridos, com extrema perspicácia.

Ainda que não se possa negar a existência de um projeto militar, entendemos, como defende parte da historiografia^{III}, que o processo de flexibilização da ditadura deve ser pensando sobre outras perspectivas, minimizando o anacronismo e a linearidade. Para além do projeto do regime (que não era unanimidade nem entre os militares, em virtude das divisões intraquartéis), houve, com destaque, a pressão de diversos grupos civis opositores, de liberais às esquerdas, e da própria extrema-direita, militar ou não. A abertura foi um processo contraditório, impreciso, por vezes, surpreendente e inesperado, com idas e vindas e zigue-zagues. Em rigor, os atores históricos do período, por mais que houvesse um relativo controle das Forças Armadas e a busca de acordos com setores grupos liberais e conservadores, não sabiam exatamente como se daria ou chegaria ao fim o regime^{IV}.

Um dos fatores que contribuiu para desestabilizar ainda mais o processo de distensão/abertura foram os ataques terroristas promovidos por extremistas de direita. Para além de resguardar interesses corporativistas ou temer punições por violações de direitos humanos, os terroristas, muitos deles agentes do aparato da repressão, embora também existissem civis partícipes, acreditavam que

liberalização do regime poderia abrir brechas para a expansão das atividades “subversivas” e mesmo a implantação de um governo comunista no País^V.

A historiografia^{VI} destaca como os atentados e as ameaças tumultuaram, ainda mais, o processo político da uma abertura incerta e no qual havia temores de retrocesso, ou seja, de um novo fechamento do regime. Para além de tais aspetos, porém, há de se indagar como os atentados em si, o medo e a angústia de novos ataques impactaram no cotidiano da população, aqui entendida em sentido comum e amplo, como os habitantes do País. Como, especialmente, os *homens comuns* ou de uma *vida ordinária* perceberam, reagiram e se adaptaram, em seus dia a dias, à onda terrorista da extrema-direita?

A onda

O cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que se possa analisar. Não há vida humana sem o cotidiano e a cotidianidade. O cotidiano está presente em todas as esferas da vida humana, seja no trabalho, na vida familiar, nas relações sociais, lazer... A vida cotidiana é aquela da sucessão linear e repetitiva, dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias. É levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, escola, igreja, cuidar das crianças, fazer o café da manhã, almoçar, divertir-se, ver televisão, praticar um esporte, conversar amenidades com amigos e familiares, etc. Em tais atividades, é mais o gesto mecânico e automatizado que as dirige que a consciências^{VII}.

Em cada época histórica, os ritmos e as regularidades da vida cotidiana se distinguem, se tornam diferenciadas, havendo também distinções em função dos grupos e classes sociais aos quais os indivíduos pertencem^{VIII}. A vida cotidiana é mutável também, se altera em função dos valores de dada época, seja em função das particularidades e interesses de cada indivíduo e nas diferentes etapas da

vida^{IX}. Tratamos, neste texto, do cotidiano entendido como o habitual em um quadro de exceção, o ordinário no contexto do extraordinário, ou seja, buscamos entender o que pode ser definido como o “pertencente ao normal e ordinário” em um contexto de ditadura, especificamente, ante uma sucessão de vários atentados e ameaças de terroristas^X. Almeja-se observar e refletir sobre o impacto da onda terrorista, do começo dos anos 1980, para o dia a dia das pessoas, no que toca a alguns aspectos. Nas ciências sociais, em particular na História, o trato e a análise do cotidiano apresentam aspectos de relevo para a compreensão de determinada sociedade no tempo, por permitir interrogar a pluralidade das atitudes coletivas e as formas a partir das quais se tecem as relações sociais^{XI}. O desafio, diz Peter Burkert^{XII}, é mostrar como o cotidiano, de fato, faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, refletir sobre a estrutura e o repetitivo, de um lado, e a quebra e a mudança, de outro. O cotidiano abre possibilidades para o entendimento dos comportamentos e das formas de adaptação da coletividade em uma situação excepcional, como a dos atentados. Permite observar melhor nuances do processo político da distensão e da abertura, refletindo sobre situações e complexidades que, por vezes, escapam a análise mais globalizantes ou centrada em aspectos políticos.

Como a população, em particular as pessoas comuns, ou seja, aquelas não implicadas diretamente nos embates políticos, foi impactada, em suas vivências e espaços cotidianos, pelos atentados da extrema-direita no final da década de 1970 e começo da seguinte? Quais os comportamentos e táticas adotadas ante a nova conjuntura? Entendemos que a análise do tema não deva se restringir a impactos políticos ou ao quantitativos de vítimas. Ou seja, por mais que, compreensivelmente, se foque nas pessoas mortas e feridas, houve questões outras para a sociedade.

Os alarmes falsos de bombas (realizados pelos terroristas) e os trotes (ou seja, intimidações feitas por terceiros, indivíduos que não obrigatoriamente compactuavam com as ideias extremistas), afora o medo e angústia provocados, mudavam a rotina da população, gerando muitos incômodos, irritação e prejuízos às atividades do dia a dia, inclusive, financeiros^{xiii}. Eram prédios inteiros evacuados apressadamente; alunos retirados de salas de aula e pais em polvorosas; aglomerações de pessoas assustadas nas ruas sem saber bem o que fazer enquanto esperavam a chegada da polícia e as análises dos peritos; multidões se formando para comentar o que se passava no local e os últimos atentados, difundindo, assim, ainda mais os temores dos ataques na coletividade; carros da polícia, com sirenes ligadas, se deslocando em alta velocidade para os locais da possível bomba; policiais com equipamentos vasculhando salas, corredores e banheiros; a tensão da situação até o alívio de que tudo não passava de um trote, embora com a angústia persistente de que poderia ter sido uma bomba e que a onda de atentados continuava, pois nenhum dos terroristas era capturado^{xiv}.

Um dos aspectos a serem considerados na onda terroristas é dos danos e prejuízos materiais e financeiros. Veja-se, por exemplo, os casos dos donos de bancas de jornais. Quando os atentados se difundiram pelo País, os jornaleiros foram informados que as seguradoras não cobririam os danos provocados por ataques terroristas^{xv}. Uma das primeiras bancas a ser queimadas no Brasil foi a do senhor José Alves de Oliveira, no centro de Belo Horizonte, totalmente destruída, com galões de álcool ou gasolina, na madrugada de 16 de julho de 1980. O prejuízo foi estimado em torno de Cr\$ 400 mil cruzeiros^{xvi}, uma quantia significativa para um pequeno negociante, normalmente, de poucos ou limitados recursos. Os jornaleiros perdiam ou tinham danificados seus estabelecimentos, apresentavam dificuldades para reconstruí-los, ficavam sem trabalhar e não tinham capital de giro para tocar os negócios. Tão oneroso que, para ajudar pessoas como o senhor

José Alves, o Comitê de Solidariedade aos Movimentos Populares lançou um livro de ouro, na intenção de recolher contribuições pecuniárias para cobrir os danos financeiros sofridos por estabelecimentos alvos de atentados^{xvii}.

Há outros exemplos. O proprietário da banca destruída por uma bomba do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em Santa Rosa-RS, a 12 de agosto de 1980, teve um prejuízo de Cr\$ 500 mil cruzeiros^{xviii}. A banca de jornais atacada em Brasília, dez dias depois, situada na plataforma superior da rodoviária local, teve um dispêndio de Cr\$ 70 mil cruzeiros, conforme o proprietário, Samuel Credmann^{xix}. Situações como as referidas não podem ser relevadas, sobretudo, quando se observa também a deliciada situação econômica do País à época. Prejuízos maiores sofreram os alvos das ações de maior impacto dos extremistas. O jornal A Tribuna, de Vitória-ES, por exemplo, atacado pela Falange Pátria Nova, a 25 de maio de 1981, teve um prejuízo estimado em cerca de Cr\$ 2 milhões de cruzeiros^{xx}. Vários carros, residências, templos religiosos, sedes de sindicatos, entidades estudantis, categorias profissionais, etc. foram também destruídos ou danificados. Não se pode esquecer ainda da destruição material ocorrida em várias repartições públicas (um dos alvos prediletos dos terroristas), atingidas por bombas, molotovs e incêndios, sem falar nos danos, fossem financeiros ou não, para os estabelecimentos e seus clientes, advindos pelo interrompimento das atividades^{xxi}.

Os custos psicológicos para a população não foram pequenos. Um dos aspectos que chamou a atenção em nossos estudos sobre os atentados da extrema-direita, no contexto da abertura, foi o do sentimento de medo e insegurança provocado na sociedade. Em geral, tal ponto é tocado de passagem, quando abordado, nos estudos sobre o período. Isso talvez porque, nas memórias reconstruídas do pós-ditadura, seja mais conveniente abordar a bravura, o heroísmo, a tenacidade da população que não se curvou às bombas dos extremistas, conforme a representação da sociedade de democrática e que

sempre resistia ao arbítrio, e camuflar o medo e angústia provocados pelos ataques e ameaças, medo e angústia, por vezes, confundidos com covardia^{xxii}.

Conforme Jean Delumeau^{xxiii}, o medo é entendido como o hábito de temer alguma ameaça real, ou mesmo imaginada, em um agrupamento humano, expressando-se em diversas emoções, que vão da simples apreensão até os mais vivos terrores. Todo homem tem medo, o que enseja a necessidade de segurança como garantia de proteção frente ao perigo, não raro, associado à morte. Há medos universais, permanentes, compartilhados por todos os seres humanos (como o medo da morte, da perda, do desconhecido) e medos sociais, surgidos no contexto do que está se vivendo. Quando coletivo, o medo tem um significado menos rigoroso e mais amplo que o medo individual^{xxiv}. Há distinções entre medo e angústia. O medo desperta emoções (espanto, pavor, terror) a partir do real, de algo conhecido, um perigo iminente, apresentando um objetivo determinado ao qual se pode fazer frente, tomar uma atitude, a exemplo de fugir. A angústia refere-se a objetos desconhecidos, aos quais não podemos enfrentar e a única atitude cabível é ficar à espera, ou seja, “é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança”^{xxv}. O medo desaparece com a finalização do perigo; a angústia, não. Nesse sentido, a angústia traz inquietação, ansiedade, melancolia, sendo mais difícil de suportar, pois “estado ao mesmo tempo orgânico e afetivo, manifesta-se do modo corriqueiro por ‘uma sensação discreta de aperto da garganta, de enfraquecimento das pernas, de tremor’, acrescida à apreensão com o futuro”^{xxvi}.

Por certo período, sobretudo, do final de 1979 a 1981, a onda terrorista transformou o medo e a insegurança em “sensações básicas do cotidiano”, para usar uma expressão de Maria Hermínia Tavares e Luiz Weiz^{xxvii}. As bombas dos terroristas fizeram parte das percepções e preocupações das pessoas, ou de parte

delas, pelo menos, possibilitando que a questão dos embates políticos e da distensão/abertura extrapolasse ainda mais os campos tradicionais (gabinetes governamentais, parlamentos, quartéis, partidos, organizações da sociedade, etc.). A angústia coletiva pode ser constatada pela cobertura da imprensa, a atenção dada pelos órgãos da comunidade de informação, a cobrança de lideranças oposicionistas para que fossem apurados os casos e o discurso do governo, de que puniria os terroristas, “quem quer que fossem”, além da maneira pela qual a população, de modo geral, levava a sério os alarmes e trotes, realizados normalmente por meio de ligações telefônicas anônimas. E quanto maior a sensação das pessoas sobre a possibilidade de serem alvos de um ataque, maior a angústia apresentada pela sociedade, o que, por sua vez, impactava os sujeitos históricos e o processo político do período^{xxviii}.

Segundo Luigi Bonanate^{xxix}, o terrorismo tem como um de seus pressupostos o elemento “demonstrativo”. O atentado político, como uma forma de aplicação do terrorismo, possibilita um momento catalisador para desencadear a luta política e os objetivos desejados, a exemplo da conquista do poder, ou, no caso aqui tratado, a paralisação/fim do processo de liberalização do regime, uma vez que os extremistas já contavam com o poder institucional. Não obstante, em sua estratégia de ação, o terrorismo recorre tanto à violência concreta, ao ataque em si, como à *ameaça* de violência^{xxx}. Ainda que não produzam vítimas ou danos materiais, as ameaças acabam servindo aos propósitos dos extremistas, por provocarem medo e angústia^{xxxi}.

Os temores advêm de uma das mais importantes características do modo de atuar do terrorismo: a imprevisibilidade dos ataques e dos alvos. Todas as pessoas estão sujeitas, em tese, a um atentado e não há como saber exatamente em que momento ele ocorrerá e muito menos por qual meio – bombas, molotovs, cartas-bombas, incêndios, tiros, agressões físicas? O terrorismo, por isso, tem

impacto psicológico e cria uma sensação de insegurança e de vulnerabilidade da sociedade, uma agonia coletiva, uma atmosfera de medo e incômodo. Trata-se do que é designado de “vítimas indiretas”, pessoas que, mesmo não experimentando ou se aproximando de atentados terroristas, passam a ter medo dos mesmos^{xxxii}.

Os alarmes falsos, os trotes e os atentados, mesmo os não concretizados ou apenas simulados, endossam a mensagem de perigo para a sociedade. Não se pode esquecer, como no caso da distensão e abertura do Brasil, que os ataques visavam não apenas a pessoas, instituições ou a espaços tradicionalmente associados às esquerdas (centros acadêmicos, jornais alternativos, sindicalistas, líderes políticos, etc.), mas, igualmente, a locais públicos ou com grande quantidade de frequentadores (igrejas, escolas, universidades, repartições públicas, praças, etc.). Dessa forma, os temores e os sentimentos de insegurança tenderam a ser compartilhados por indivíduos pertencentes a diversas categorias sociais^{xxxiii} e não apenas uma militância de esquerda ou pessoas com algum engajamento político.

O medo, a “ansiedade coletiva” e as repercussões psicológicas, portanto, servem ao terrorismo. Em determinadas situações, não é necessário nem que haja um ataque direto ou uma explosão. Uma ligação telefônica anônima, mesmo que um trote, levando a polícia a esvaziar um prédio, sem que houvesse artefato algum, ou ainda que este fosse encontrado e desativado, generalizava o pânico, quando as pessoas tomavam conhecimento do que se dera. Individual e coletivo, o medo tem, entre suas características, a capacidade influenciadora e de ser rapidamente propagável^{xxxiv}. Quanto mais pessoas sabem, maior o efeito psicológico coletivo^{xxxv}. Não por acaso, houve situações de ameaças de bombas que não foram comunicadas de imediato ao público. Foi o que se deu no Hipódromo Jardim, de Curitiba, em 1977. O jornal Tribuna da Imprensa recebera ligação

anônima sobre uma bomba instalada ali e as autoridades, com descrição, vasculharam o local em busca do artefato, nada encontrando. Nada foi dito aos presentes e o fato só veio a público posteriormente^{xxxvi}. No Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1981, dias após a explosão das bombas no Riocentro, o Tivoli Park, um parque de diversões na lagoa Rodrigo de Freitas, teve de ser evacuado, ante uma ligação telefônica que alertava sobre a explosão de uma bomba. Para que a Polícia fizesse a inspeção do local, mas se evitando o pânico das pessoas e preservando a imagem de segurança do estabelecimento junto aos frequentadores, geralmente crianças e pais, a administração do parque retirou os cerca de 700 presentes sob o pretexto de que haveria um desligamento programado de energia elétrica para a região^{xxxvii}.

Acabava sendo uma enorme responsabilidade para as autoridades e gestores decidir, em minutos, o que fazer, pois, se fato existisse uma bomba e fosse ignorado o alerta ou houvesse uma demora excessiva na evacuação dos locais, havia a crença que pessoas poderiam ser feridas ou mortas com o atentado. Quando a onda de ataques se incrementou, em geral, a orientação dada pelas autoridades a gestores e responsáveis foi a de considerar real o perigo, informar as pessoas o que se passava e retirá-las de imediato dos locais. A comunicação ao público e a retirada atabalhoada, por outro lado, poderiam criar situações incontroláveis, com um corre-corre desesperador e pânico generalizado, também expondo as pessoas a ferimentos. Os sucessivos alarmes falsos, por outro lado, acabavam levando também muitas pessoas a desacreditarem nas ameaças, o que tornava mais difícil a decisão dos gestores sobre como proceder^{xxxviii}.

Comumente, os terroristas recorriam a ligações telefônicas anônimas, com alertas de explosões, especialmente para repartições públicas, e ao envio de cartas, bilhetes e panfletos para os eventuais alvos, com ameaças. O ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, em entrevista posterior sobre sua atuação no aparato de

repressão, confessou que afora os atentados contra bancas de jornal, veículos de comunicação, eventos e shows, o “grupo secreto”, do qual fazia parte, plantava ameaças falsas para deixar a população em pânico^{xxxix}.

Essas crenças e temores, os quais se reproduziam e se propagavam, parece que iam ficando mais fortes, particularmente, nos locais em que os ataques e as ameaças já tinham acontecido^{xl}. Assim, não é de surpreender a angústia das populações das cidades as quais foram primeiro atingidas pelos atentados. Um exemplo foi Curitiba. A 10 de janeiro de 1980, um telefonema anônimo, para o Corpo de Bombeiros, informou da existência no Edifício Tijuca, centro da cidade, de uma bomba que explodiria às 16h. A ameaça, em um quinta-feira, em pleno horário comercial, levou as autoridades a colocarem em prática uma verdadeira operação antibomba, sinal que estavam preparadas ou, pelo menos, na expectativa de uma eventualidade do tipo. Isso porque a capital paranaense já havia sido alvo de ameaças e de atentados por parte de extremistas de direita em outras oportunidades, a exemplo do ataque à sucursal do jornal *Em Tempo*, em julho de 1978^{xli}. De imediato, o Edifício Tijuca foi evacuado, passando a ser inspecionado por equipes policiais, o que gerou pânico entre muitas pessoas, conforme informa o *Diário do Paraná*^{xlii}. Em meio a muita tensão, após vasculhar o edifício por duas vezes, a polícia encontrou um pacote no 11º andar que, aberto, revelou um cilindro de papel, imitando grosseiramente uma dinamite^{xliii}.

O *Diário do Paraná* trouxe reportagem sobre o pânico da situação no Edifício Tijuca. A matéria foi ilustrada por uma foto, em ângulo aberto, na qual se observa uma multidão concentrada na rua, defronte ao edifício. Uma outra foto mostrava uma senhora, com feições de preocupação e choro, sendo amparada para deixar o prédio. O periódico abordou ainda alguns detalhes dos inconvenientes sucedidos aos presentes:

A(...) Clientes de médicos não sabiam o que fazer; pessoas que tinham compromissos comerciais inadiáveis, naquele edifício, ficaram atônitas, no lado de fora, teimando em entrar ante a negativa autorização dos policiais; a Rádio Independência que ali funciona, saiu do ar [das] 16 até às 17 horas. Para os policiais, “tudo que fizemos foi em resguardo à integridade física de cada uma das pessoas que residem, trabalham ou têm algum compromisso aqui, neste horário. Esperamos que a bomba não exploda, mas, se explodir e alguém se ferir, o que a população irá pensar da polícia que havia sido avisada e nada fizera?”^{XLIV}.

É provável que os atentados no Rio de Janeiro, um dos centros mais dinâmicos da política nacional, e a grande cobertura da imprensa tenham difundido o medo ainda mais pelo País, alcançando locais distantes e colocando a população em polvorosa com a possibilidade de repetição dos ataques, destruições, feridos e mortos. Algo assim se passou na cidade de São Luís de Quitunde-AL, situada na região açucareira, a 85 km de Maceió. Ali, dias depois de bombas explodirem na OAB e Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em fins de agosto de 1980, os muros e as paredes da escola estadual Messias de Gusmão foram pichados com ameaças, em um português que fugia às regras formais (“tem uma bomba nesse grupo para explodi amanhã”), sendo encontrada, nas imediações, uma bandeira nacional, rasgada e tingida de vermelha. Conforme a imprensa, a cidade praticamente “parou” com a ameaça, ante o medo da população e muito burburinho. A diretora da escola suspendeu as aulas e o secretário de segurança de Alagoas, Coronel José de Azevedo Amaral, o comandante do 59º Batalhão da Infantaria motorizada, Coronel Francisco Demiurgo, e agentes da Polícia Federal se deslocaram para São Luís de Quitunde, na intenção de verificar a procedência das ameaças e tranquilizar as pessoas^{XLV}.

Existiram casos de pânico generalizado em virtude de quaisquer explosões, ainda que de intensidade menor. Em Teresina-PI, a 16 de junho de 1981, cerca de

dois meses após os ataques do Riocentro, verificou-se uma explosão de pequena potência – ao que parece, de um rojão – na escada de acesso à prefeitura. O ataque deixou poucas marcas na madeira da escadaria, mas o estampido gerou pânico entre os funcionários, inclusive, causando alguns desmaios. Segundo o jornal O Povo, o desligamento automático da rede elétrica do interior do edifício, deixando-o às escuras (era em torno de 17h), levou algumas pessoas a “total desespero”, pois imaginou-se que o prédio de três andares poderia desabar^{XLVI}. As autoridades afirmariam, posteriormente, que fora apenas “mais um rojão disparado na cidade nos dias que antecedem às festas juninas”, embora funcionários afirmassem ter visto um “suspeito”, um homem agachado perto das escadas, que saíra dali apressadamente antes da explosão^{XLVII}.

Entre a possibilidade de ser apenas mais uma ameaça dos extremistas sem fundamento ou um trote (e muitos, de fato, eram) e a efetivação de um atentado, as pessoas, na dúvida, preferiam se precaver. Daí porque jornalheiros, mesmo os que sequer tivessem recebido ameaça alguma, deixavam de vender os jornais da imprensa alternativa, um dos alvos dos extremistas de direita e acusada de difundir o comunismo. Em Recife-PE, no início de agosto de 1980, quando várias bancas já haviam sido incendiadas em outras cidades do Brasil, praticamente nenhum jornaleiro mais negociava aquele tipo de periódicos, e isso porque apenas alguns dos estabelecimentos haviam recebido panfletos intimidatórios da autointitulada Falange Pátria Nova-Setor Nordeste. O jornaleiro José do Patrocínio, dono de uma banca na Avenida Guararapes, no centro da capital pernambucana, explicou a situação: “Não posso me arriscar. Tenho mulher e três filhos trabalhando nas bancas e eles estão assustados”^{XLVIII}.

Em várias cidades do País, bancas passaram a contar com cartazes, feitos em cartolina, com mensagem aos extremistas, sinal do medo e da insegurança vigentes. Foi assim que agiu o jornaleiro Paulo Marinho Dias, da Avenida Faria Lima,

em São Paulo, em cuja banca afixou dois cartazes: “Atenção: não estamos vendendo mais os jornais que foram pedidos para não vender” e “Àqueles que estão incendiando bancas de jornais: não estamos mais vendendo as publicações da imprensa alternativa que constam da lista distribuída durante a madrugada às bancas de jornais”^{XLIX}.

Tão disseminado o medo dos ataques que a imprensa trouxe matérias sobre como proceder em casos de suspeitas de cartas-bombas. Foi o caso de reportagem, em metade de uma página, do Jornal do Brasil, de 30 de agosto de 1980, dias depois dos ataques à OAB e Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Na matéria, percebe-se um esforço de tentar tranquilizar a população, reproduzindo-se falas do presidente dos Correios, coronel Advaldo Cardoso Botto, segundo o qual a “empresa estava preparada para detectar cartas-bombas” e de que o “terrorismo postal era uma moda importada que ia passar”. O coronel também falou que a confecção desse tipo de explosivo era coisa de especialista, pois necessitava-se “ter muito cuidado e já houve caso em que durante a confecção desse artefato houve explosões”. Não obstante as palavras amenizadoras, um dos trechos da reportagem apresentou o sugestivo título de “os envelopes da morte”, apontando as características principais de uma carta-bomba, com uma série de particularidades a serem observadas e evitadas pelos leitores:

I- Espessura igual em todo o envelope, em torno de três centímetros; peso desproporcional ao volume (...); textura rígida, parecendo transportar placas superpostas de papelão ou madeira fina; cheiro anormal, como de avelã; apresentação de marcas de gordura. II- Apresentação em dois envelopes. (...) O primeiro é para ser aberto pela secretaria e o segundo apresenta classificação “pessoal”, “confidencial”, para ser aberto pela pessoa-alvo. [os Correios recomendam] não tentar abrir, não mergulhar em água e verificar por meios de sistema de órgãos. [Observar] presença eventual, mas não obrigatória, de um barulho de fio metálico; origem ou remetente duvidoso; endereçamento

com letra estranha, inabitual; pacotes ou cartas que, tocados, denotam a presença de objetos que poderia ser lápis, pilhas, pequenos objetos arredondados ou retangulares (...); e a imissão de barulhos correspondentes àqueles de um movimento de relógio^l.

A matéria do Jornal do Brasil seria, dias depois, reproduzida no O Povo, de Fortaleza, mostrando como a preocupação com as bombas estava presente igualmente até em locais que não eram dos mais dinâmicos no processo de abertura e nem dos mais atingidos pela ação da extrema-direita^{ll}. O mesmo jornal cearense, uma semana depois, em matéria sobre uma ameaça de bomba feita à Ematerce (Empresa de Assistência e Extensão Rural do Ceará, órgão do governo local), trouxe orientações sobre como agir em casos de ligações telefônicas com trotes ou falsas ameaças. Um funcionário da Teleceará (empresa estatal de telefonia) deu como sugestão: “(...) que a vítima prolongue ao máximo a conversa e, usando outro aparelho, entre em contato com a empresa pelo número 103 e solicite a identificação do número”^{lll}.

A sugestão, porém, se revelava inócua, por questões técnicas e práticas. No geral, as ligações com ameaças de bombas eram rápidas, de curta duração – o próprio jornal alertou na matéria que só era possível descobrir o número de origem enquanto durasse o telefonema, sem falar que muitas ligações, provavelmente, eram realizadas a partir de telefones públicos (os conhecidos “orelhões”). Some-se a isso o fato de que, na época, não era tão comum, com exceção de grandes empresas, repartições públicas e pessoas de posses, haver mais de uma linha telefônica nas residências e mesmo nos estabelecimentos comerciais, como as bancas de jornais. Os telefones apresentavam alto valor pecuniário, sendo alvos mesmo de especulação (pessoas compravam e/ou alugavam linhas como investimento ou meio de escapar da inflação) e brigas em casos de separações e

heranças, sem contar que a instalação das linhas era demorada (havia uma longa fila de espera de clientes nas companhias telefônicas)^{LIII}.

Tal a sensação de insegurança e o medo que qualquer pacote “diferente” ou “fora do lugar” poderia ser confundido com uma bomba. Uma estranha caixa foi achada em uma lanchonete do Aeroporto Guararapes, em Recife, a 27 de março de 1980. Os funcionários da Infraero, que encontraram o pacote, consideraram-no por demais “suspeito” e, imediatamente, entraram em contato com a Polícia Federal. A apreensão no aeroporto foi enorme, durando horas, chamando a atenção de funcionários, passageiros e até da imprensa. Boatos deram conta que era uma bomba para matar o ministro da Educação, Eduardo Portela, que, por coincidência, desembarcaria no aeroporto em visita a Pernambuco naquele dia. Ao chegar, o ministro, deixando claro que acreditava na possibilidade de haver, de fato, um explosivo, e sem perder a oportunidade de capitalizar politicamente com o episódio, foi enfático ao afirmar à imprensa que a “bomba” não o intimidava e que “continuará a defender seus princípios”. Por fim, os peritos da PF constataram que se tratava de uma simples caixa de margarina esquecida por alguém na lanchonete^{LIV}.

“Brincadeiras apenas”

Os extremistas capitalizavam com as ameaças e os trotes que se multiplicavam após os atentados, especialmente, os de maior repercussão. No mesmo dia dos ataques à OAB/Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ocorreram inúmeras ligações telefônicas com advertências sobre a existência de bombas em diversas instituições, como a Assembleia Legislativa-RJ, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Hospital Souza Aguiar, o Ministério da Fazenda, o Fórum, as sucursais de Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, a sede da OAB em Niterói, entre tantos outros alvos^{LV}. Os telefonemas intimidatórios prosseguiram nos dias

seguintes. Um voo da empresa aérea Varig foi suspenso por ameaças de bombas, o mesmo ocorrendo com as aulas da Faculdade de Direito e do Instituto de Filosofia e Ciência Sociais da UFRJ. No colégio Benevenuta Ribeiro foi explodida uma bomba de festejos juninos, o que provocou o acionamento da polícia^{LVI}. Eram tantas as ligações telefônicas sobre bombas que os agentes do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) não conseguiam averiguá-las todas, pelo limite de efetivos, indo apenas aos locais tidos como “importantes”.

As ligações com ameaças também ocorreram em outras cidades do País, igualmente se repetindo nos dias seguintes. Em São Paulo, ainda no dia 27 de agosto de 1980, ocorreram alarmes falsos nos prédios da OAB e da Assembleia Legislativa^{LVII}. Dois dias depois, o Museu de Arte de São Paulo (MASP) foi fechado, pois um telefonema avisara que uma bomba explodiria ali às 14h – dois quarteirões de uma das principais avenidas da cidade, a Paulista, ficaram interditados por duas horas, complicando ainda mais o trânsito, até que peritos examinassem o museu. Segundo o Ministro da Justiça, Abi-Ackel, só em São Paulo, após o caso do Rio, foram 475 pedidos de averiguação de bombas, nenhuma verdadeira^{LVIII}. Em Salvador, ameaças de bomba fizeram evacuar os cinco andares do prédio do Banco Central e abreviar o expediente dos funcionários. Em Manaus, as atividades no prédio da Justiça do Trabalho foram suspensas no dia 29 de agosto: o segurança Ivá Peres Arevalo recebeu ligação de uma mulher, falando castelhano, que uma bomba ia explodir no local. Houve ameaças de bombas em Florianópolis e Curitiba, contra uma agência de publicidade (A. S. Propague) e um banco (Crédito Real), respectivamente^{LIX}.

O colunista Dom Camilo, de Tribuna do Ceará, abordou a angústia dos telefonemas falsos:

Não satisfeitos com a prática do terrorismo no Brasil, agora, passaram ao terror dos boatos, com telefonemas falsos, levando o pânico a qualquer parte, a qualquer lugar. Uma

forma criminosa de semear a aflição entre as pessoas, o que deve ser extirpado imediatamente, seja de qual maneira for. (...) essa nova modalidade de terror traz o desespero, a inquietação para o nosso povo. Se o terrorismo na prática é uma monstruosidade, os alarmes falsos também o são (...). Ontem, a cidade de Fortaleza viveu alguns momentos de tensão com a notícia falsa de que uma bomba explodiria às 14 horas na agência metropolitana do Banco do Brasil. Imediatamente as autoridades se deslocaram até lá. Felizmente, depois de vistoriarem todas as dependências do prédio, nada encontraram. Apenas um susto para os funcionários e seus familiares (...)^{LX}.

Afora os alarmes falsos e os trotes sobre bombas, havia ainda situações cotidianas, sem ligações com a onda terrorista ou sequer com explosivos, que levavam as pessoas a acreditarem na possibilidade de um atentado, tal o medo e sensação de insegurança generalizados. Foi o caso do deputado federal Heitor Furtado, do PMDB-PR, que achou estranho um ruído no seu rádio, embora jurasse que o “aparelho estava desligado”. Os técnicos de desmontes de bomba foram acionados e, depois de uma minuciosa vistoria, concluíram que não havia bomba no veículo, muito menos dentro do rádio do parlamentar^{LXI}. A apreensão do deputado tinha motivação – semanas antes, o carro opala, do deputado federal Marcelo Cerqueira (PMDB-RJ), fora explodido em sua residência, no bairro carioca de Santa Tereza^{LXII}.

Ocorreu também de qualquer explosão ser confundida com um atentado, a exemplo do sucedido em um jogo de futebol entre Misto e Operário, no Estádio Jose Fragelli, em Cuiabá-MT. Segundo a imprensa, ocorrera uma forte explosão no local, gerando tumulto entre os presentes. “Posteriormente, soube-se que foi uma brincadeira de mau gosto com uma bomba comum, mas que deixou os torcedores em sobressalto durante alguns minutos nas arquibancadas”, informou o jornal

Diário da Tarde, do Paraná, a 27 de julho de 1980, em um momento em que se incrementava Brasil afora a onda terrorista^{LXIII}.

Por vezes, ocorriam ligações telefônicas falsas e eram ainda colocados simulacros de bombas ou artefatos sem explosivos ou detonadores, gerando igualmente impacto e medo coletivo. A 26 de maio de 1981, um mês depois do ataque ao Riocentro, o Senado suspendeu suas atividades em virtudes de ligações telefônicas de um tal “Dr. Assis”, o qual, se dizendo membro do Comando Delta, comunicou sobre a iminência da explosão de uma bomba no plenário da casa. Tratava-se, porém, de um brinquedo de plástico da marca “Estrela”, na forma de granada, colocada em uma poltrona da tribuna de hora. Segundo a imprensa, até que a “bomba” fosse encontrada pela polícia, a casa parlamentar viveu momentos de tensão. Uma grande confusão se estabeleceu em torno do plenário e as pessoas foram retiradas do recinto. O episódio foi tratado posteriormente como uma “brincadeira de mau gosto”, sendo determinado, porém, que ficasse mais rigorosa a fiscalização daqueles que adentravam às Casas do Congresso, afinal, se a réplica de uma granada foi instalada, uma verdadeira também poderia. O líder do Partido Progressista, deputado federal Thales Ramalho, lembrando que a impunidade do Riocentro gerou episódios dessa natureza, alertava que o “Brasil mergulhou na intranquilidade”^{LXIV}.

Pânico também provocava a descoberta apenas dos explosivos, sem nenhum mecanismo. Foi o caso do embrulho cilíndrico encontrado debaixo de uma das escadas rolantes do aeroporto de Brasília, a 16 de janeiro de 1981, contendo 6 bananas de dinamite. O pacote, achado por um sargento dos bombeiros, que desconfiou do embrulho ao passar pelo local, evidência como as pessoas estavam preocupadas com a possibilidades de ataques terroristas, atentas a qualquer coisa “fora do normal”. Era hora de intensa movimentação no aeroporto (17h) e o embrulho foi imediatamente entregue à Polícia Federal^{LXV}.

Era comum que as autoridades buscassem minimizar as ameaças e os atentados, inclusive, nas declarações iniciais à imprensa, isso quando simplesmente não negavam a existência de elementos políticos, mesmo sem aprofundamento algum das investigações. O argumento mais frequente era afirmar que tudo não passaria de “brincadeiras de mau gosto”, “coisas de desocupados” ou de “adolescentes”^{LXVI}. O delegado Pedro Perez Filho, responsável por investigar o incêndio em uma banca no bairro de Ingá, em Niterói, a 3 de agosto de 1980, afirmou aos jornalistas que tudo não teria passado de “uma brincadeira de moleques do morro”^{LXVII}. Postura idêntica teve a polícia baiana, quando da explosão de uma bomba na cantina da Colégio Social, de Salvador, a 10 de agosto de 1980, durante uma gincana escolar. A explosão, bastante forte, feriu a estudante Rosane Mendes, na mão e cabeça, e destruiu vidraças e equipamentos. Outros 10 alunos sofreram ferimentos leves. A escola, segundo a imprensa, era frequentada pela classe média alta da capital baiana. Roseane Mendes teve que se submeter a uma cirurgia na mão. Não houve como comprovar se fora uma ação política – muitas escolas do País seriam atacadas e ameaçadas à época –, mas a polícia e a direção do colégio, de imediato, não aceitaram a versão de atentado político e atribuíram a explosão a uma “brincadeira dos alunos”^{LXVIII}. Sequer considerou-se que o ataque, mesmo sendo “uma brincadeira”, poderia ter se inspirado na onda terrorista. Apesar das negativas, as pessoas tendiam logo a associar a explosão ao terrorismo, mesmo que não fosse o caso, tal o impacto na sociedade dos ataques da extrema-direita.

Conclusão

Buscamos, neste texto, tratar dos atentados realizados pela extrema-direita, contrária a flexibilização da ditadura, no que toca a elementos do cotidiano. Entendemos, portanto, que não se deve considerar apenas o quantitativo de

vítimas ou os impactos macropolíticos da onda terrorista nos últimos anos da ditadura civil-militar. Os atentados provocaram sensações de medo e angústia em diversos setores da sociedade, por vários locais do País, sensações que eram aguçadas e difundidas à medida que novos ataques ocorriam. Assim, há de se ter em conta os efeitos psicológicos para a sociedade. Não por acaso, as pessoas tendiam a levar a sério qualquer ameaça de atentados. Também deve-se observar os impactos financeiros provocados a pessoas alvo dos ataques e mesmo às instituições. Ante o medo e a angústia da coletividade, os alarmes falsos, realizados pelos próprios extremistas, e os trotes, ou seja, as ameaças falsas feitas por terceiros, pessoas não obrigatoriamente ligadas a um pensamento ou aos objetivos dos terroristas, também serviam à causa da extrema-direita contrária flexibilização da ditadura.

Em outros termos, os grupos terroristas, ante a impunidade, beneficiavam-se do sentimento de insegurança da sociedade, mesmo quando não praticavam atentados ou faziam diretamente as ameaças. A sensação de medo era ainda endossada pela impunidade, visto que as autoridades não capturavam os terroristas ou detinham os ataques – vários dos extremistas faziam parte do aparato de repressão da própria ditadura. Percebia-se, por outro lado, todo o esforço das autoridades de minimizar a onda terrorista ou mesmo negar que houvesse elementos políticos nos ataques, não raro, tratados apenas como “brincadeiras de mau gosto de desocupados”. Nesse sentido, não se pode desconsiderar o impacto cotidiano da onda terrorista como um fator que contribuiu para desgastar ainda mais a imagem da ditadura, cada vez mais impopular, e impactar politicamente um processo de abertura, contraditório, hesitante e sobre o qual havia dúvidas de continuidade.

Notas

^I Para fins didáticos, usamos aqui as expressões “flexibilização”, “liberalização” ou “descompressão” da ditadura civil-militar para designar o período entre 1974 e 1984, o qual, por sua vez, tradicionalmente, é subdividido em dois momentos. O primeiro, o da “distensão”, se refere ao intervalo no qual governou Ernesto Geisel (1974-79) e o segundo, o da “abertura” (1979-85), no qual o País apresentou João Figueiredo na presidência, quando o processo de democratização se incrementando. Ressalte-se que havia uma oscilação entre o emprego das palavras “distensão” e “abertura” pelos agentes históricos do período, termos usados indistintamente. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 246.

^{II} COUTO, Ronaldo Costa. História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil; 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

^{III} D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaúcio Ary Dillon; CASTRO, Celso. A volta aos quartéis: memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Drumará, 1995. MATHIAS, Suzeley Kalil. Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995. AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. cit.

^{IV} AARÃO REIS, Daniel. Ditadura militar, esquerda e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

^V FARIAS, José Airton de. Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na distensão da ditadura civil-militar. Em Tempo de Histórias, [S. l.], v. 1, n. 38, p. 148-167, 2021.

^{VI} D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaúcio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Op. Cit. FICO, Carlos. História Brasil contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2016.

^{VII} NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2012, p. 23.

^{VIII} Ibidem.

^{IX} Ibidem, p. 24.

^X CORDEIRO, Janaina Martins; MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 242-249, maio-ago. 2017.

^{XI} Ibidem.

^{XII} BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 23

^{XIII} FARIAS, Airton de. Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar (1980-82). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2024.

^{XIV} Jornal do Brasil, 30/08/1980.

^{XV} Isto É, 06/08/1980. O Povo, 30/07/1980.

^{XVI} Algo em torno de 13 mil reais atuais, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso a 18/2/2022. Jornal do Brasil, 22/08/1980.

^{XVII} Jornal do Brasil, 05/08/1980.

^{XVIII} Algo em torno de 16.600 reais, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso a 18/2/2022. Jornal do Brasil, 22/08/1980.

- ^{xix} Algo em torno de 2300 reais, conforme o conversor de valores do jornal Estado de São Paulo. In: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso a 18/2/2022. Jornal do Brasil, 23/08/1980; Tribuna da Imprensa, 23-24/08/1980.
- ^{xx} O Povo, 26/05/1981.
- ^{xxi} FARIAS, Airton de. Op. Cit., 2024.
- ^{xxii} DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 14.
- ^{xxiii} Ibidem, p. 23.
- ^{xxiv} Ibidem, p. 32.
- ^{xxv} Ibidem, p. 33.
- ^{xxvi} Ibidem, p. 23.
- ^{xxvii} TAVARES, Maria Hermínia de Almeida; WEIZ, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 328.
- ^{xxviii} FARIAS, Airton de. Op. Cit., 2024.
- ^{xxix} BONANATE, Luigi. Terrorismo político: In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 1243.
- ^{xxx} RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. O conceito de terrorismo nos jornais americanos: uma análise do New York Times e do Washington Post logo após os atentados de 11 de setembro. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 20.
- ^{xxxi} “O medo tem um objetivo determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança” DELUMEAU, Jean. Op. Cit., p. 33.
- ^{xxxii} CALLEGARI, André Luís. LIRA, Cláudio Rogério Sousa. REGHELIN, Elisangela Melo. MELIÁ, Manuel Cancio. LINHARES, Raul Marques. O crime de terrorismo: reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo, de acordo com a Lei nº. 13.260/2016. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016, p. 37.
- ^{xxxiii} DELUMEAU, Jean. Op. Cit., p. 43.
- ^{xxxiv} Ibidem, p. 31.
- ^{xxxv} DINIZ, Eugênio. Compreendendo o fenômeno do terrorismo. In: BRIGAGAO, Clóvis. PROENÇA JR., Domício. Paz e terrorismo – textos do seminário Desafios para a política de segurança internacional: missões de paz da ONU, Europa e Américas. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 5.
- ^{xxxvi} Diário do Paraná, Curitiba, ano 23, nº 31, p. 2 (2º caderno), 27 de abril de 1977.
- ^{xxxvii} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 26, p. 5, 4 de maio de 1981.
- ^{xxxviii} FARIAS, Airton de. Op. Cit., 2024.
- ^{xxxix} MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. Memórias de uma guerra suja: Cláudio Guerra em depoimento. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 152.
- ^{xl} FARIAS, Airton de. Op. Cit., 2024.

- ^{XLII} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 88, nº 112, p. 8, 29 de julho de 1978; Diário do Paraná, Curitiba, ano 24, nº 6951, p. 1, de 25 de julho de 1978; Diário do Paraná, Curitiba, ano 24, nº 6952, p. 8, de 26 de julho de 1978.
- ^{XLIII} Diário do Paraná, Curitiba, ano 25, nº 7393, p. 6, 11 de janeiro de 1980.
- ^{XLIV} Diário do Paraná, Curitiba, ano 25, nº 7393, p. 6, 11 de janeiro de 1980.
- ^{XLV} Tribuna do Ceará, Fortaleza, ano 22, nº 14335, p. 8, de 4 de setembro de 1980.
- ^{XLVI} O Povo, Fortaleza, ano 53, nº 16997, p. 12, de 17 de junho de 1980.
- ^{XLVII} O Povo, Fortaleza, ano 53, nº 16997, p. 12, de 17 de junho de 1980.
- ^{XLVIII} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 116, p. 9, 2 de agosto de 1980.
- ^{XLIX} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 109, p. 4, 26 de julho de 1980.
- ^L Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 144, p. 1 (caderno B), 30 de agosto de 1980.
- ^{LI} O Povo, Fortaleza, ano 53, nº 16545, p. 1 (2º caderno), 2 de setembro de 1980.
- ^{LII} O Povo, Fortaleza, ano 53, nº 16554, p. 4, 11 de setembro de 1980.
- ^{LIII} <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-03/historias-que-se-contam-ao-telefone>. Acesso a 15/04/2022.
- ^{LIV} <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/07/30/apos-20-anos-de-privatizacao-uso-do-telefone-mudou.htm>. Acesso a 15/04/2022.
- ^{LIV} Ocorrido a 27 de março de 1980. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 351, p. 17, 28 de março de 1980.
- ^{LV} Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, ano 30, nº 9453, p. 3, 28 de agosto de 1980.
- ^{LVI} Tribuna do Ceará, Fortaleza, ano 22, nº 14329, p. 8, de 29 de agosto de 1980.
- ^{LVII} Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, ano 30, nº 9453, p. 3, 28 de agosto de 1980.
- ^{LVIII} O Povo, Fortaleza, ano 53, nº 16545, p. 4, 2 de setembro de 1980.
- ^{LIX} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 144, p. 4, 30 de agosto de 1980.
- ^{LX} Tribuna do Ceará, Fortaleza, ano 22, nº 14335, p. 8, de 5 de setembro de 1980.
- ^{LXI} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 144, p. 4, 30 de agosto de 1980.
- ^{LXII} Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, ano 30, nº 9415, p. 3, 11 de julho de 1980.
- ^{LXIII} Diário da Tarde, Curitiba, ano 81, nº 23234, p. 8, 27 de julho de 1980.
- ^{LXIV} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 91, nº 49, p. 7, 27 de maio de 1981.
- ^{LXV} Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, ano 30, nº 9575, p. 2, 17 de janeiro de 1981.
- ^{LXVI} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 144, p. 4, 30 de agosto de 1980.
- ^{LXVII} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 161, p. 8, 16 de setembro de 1980.
- ^{LXVIII} Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 90, nº 126, p. 12, 13 de agosto de 1980.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BONANATE, Luigi. Terrorismo político: In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CALLEGARI, André Luís. LIRA, Cláudio Rogério Sousa. REGHELIN, Elisangela Melo. MELIÁ, Manuel Cancio. LINHARES, Raul Marques. **O crime de terrorismo: reflexões críticas e comentários à Lei de Terrorismo, de acordo com a Lei nº. 13.260/2016**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

CORDEIRO, Janaina Martins; MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Por uma história do cotidiano dos regimes autoritários no século XX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 242-249, maio-ago. 2017.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil; 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaúcio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Drumará, 1995. DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DINIZ, Eugênio. Compreendendo o fenômeno do terrorismo. In: BRIGAGAO, Clóvis. PROENÇA JR., Domício. **Paz e terrorismo** – textos do seminário *Desafios para a política de segurança internacional: missões de paz da ONU, Europa e Américas*. São Paulo: Hucitec, 2004.

FARIAS, José Airton de. Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na distensão da ditadura civil-militar. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 38, p. 148-167, 2021.

FARIAS, José Airton de. **Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar (1980-82)**. Fortaleza: Expressão Gráfica: 2024.

FICO, Carlos. **História Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil**: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. **Memórias de uma guerra suja**: Cláudio Guerra em depoimento. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. **O conceito de terrorismo nos jornais americanos**: uma análise do New York Times e do Washington Post logo após os atentados de 11 de setembro. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TAVARES, Maria Hermínia de Almeida; WEIZ, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Periódicos

Correio Braziliense

Diário do Paraná

Diário da Tarde

Jornal do Brasil

Jornal do Paraná

O Povo

Tribuna do Ceará

Tribuna da Imprensa

Recebido: 15/12/2023

Correções: 20/02/2024

Aceito: 20/03/2024